

ATA 19/07-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1
2
3 Aos dois dias do mês de agosto de 2007, com início as 18:30 horas e tendo por local o
4 Auditório do SENAC, na Rua Cel Genuíno, 130, realizou-se mais uma Plenária do
5 Conselho Municipal de Saúde, tendo a seguinte pauta como proposta. 1)Abertura,
6 2)Avaliação e votação da Ata 17/07, 3)Faltas Justificadas, 4)Leitura dos Pareceres 041/07,
7 042/07 e 043/07, 5)Informes, 6)PAUTA PRINCIPAL: a)Apresentação IMAMA e
8 b)Demissão dos Funcionários das Equipes de PSF. Estavam presentes os seguintes
9 Conselheiros: **1)Oscar Paniz, 2)Nei Carvalho, 3)Rejane Haidrich, 4)Marta Marcantonio,**
10 **5)Riograndino de Oliveira, 6)Elizabete dos Santos Freitas, 7)Clodomar Freitas,**
11 **8)Miriam França, 9)Ione Teresinha Nichele, 10)Felix Giambastiani da costa, 11)Zilda**
12 **de Moraes Martins, 12)Odir Citolin, 13)Maria Encarnacion Morales Ortega, 14)Elen**
13 **Maria Borba, 15)Paulo Antonio Stoelben, 16)Heloisa Helena Rousset de Alencar,**
14 **17)Vera Lucia dos Santos Badi, 18)Renê Miguel Alves, 19)Eliomar Rodrigues da**
15 **Rosa, 20)Maria Angélica Mello Machado, 21)Alberto Terres, 22)Maria Geneci da**
16 **Silveira, 23)Tânia Ledi da Luz Ruchinsque, 24)Grazzieli Gioveli, 25)Nauro Aguiar,**
17 **26)Gislaine Magarida Rodrigues, 27)Isis Azevedo da Silveira, 28)Almerinda Rejane**
18 **Cunha dos Santos, 29)Maria Rejane Seibel, 30)Dinara Fraga Del Rio, 31)Alair**
19 **Rosinete da Silva, 32)Alcides Pozzobon, 33)Roger dos Santos Rosa, 34)Ana Maria de**
20 **Araújo Cirne, 35)José Antônio dos Santos, 36)Giovana Roehe Monteiro, 37)Antônio**
21 **Losada, 38)Janete Nunes Soares, 39)Luciana Zanetti, 40)Wilson Valério Lopes.** Os
22 Conselheiros Suplentes presentes eram: **1)Angela Regina Groeff Nunez, 2)Paulo**
23 **Goulart dos Santos, 3)Humberto José Scorza, 4)José Carlos da Silva Vieira,**
24 **5)Cláudia Feldmann Gonçalves, 6)Rosa Anacleto Vaz Carvalho.** Justificaram suas
25 ausências os seguintes Conselheiros: 1)Débora Raymundo Melecchi, 2)Lísia Hausen
26 Gabe, 3)Márcia Nunes, 4)Maria Ivone Dill, 5)Maria Letícia de Oliveira Garcia. A
27 Coordenadora ZILDA MARTINS encaminha a apreciação da Ata 17/07. Solicita ao
28 Plenário se há alguma contribuição ou correção a ser feita. Nada havendo encaminha-se a
29 votação, sendo a Ata 17/07 aprovada por 14 votos favoráveis, nenhum contrário, e 2
30 abstenções. A coordenadora encaminha então ao Plenário dizendo que deveremos
31 alterar a nossa pauta em função da necessidade de avaliarmos esta situação das
32 demissões dos funcionários das Equipes de Saúde da Família, devido a não renovação
33 do Convênio com a FAURGS (Fundação de Apoio a Universidade do Rio Grande do Sul).
34 Houve uma tentativa de apresentarmos ao menos os Pareceres, mas em função do
35 grande afluxo de pessoas, os responsáveis pelas Entidades ainda não se faziam
36 presentes e transferimos para a próxima Plenária. Lembra a Coordenadora ZILDA
37 MARTINS que está se convocando os membros da Comissão de Saúde do Trabalhador
38 para uma reunião na segunda feira, 6 de agosto de 2007, às 16 horas, no CMS. Passa
39 então a coordenadora a tratar da nossa pauta, dizendo a Senhora ZILDA que ela
40 tornou-se prioritária em função de toda a repercussão que teve e terá. Manifesta-se então
41 o Senhor Secretário da Saúde e também Vice Prefeito, Dr. ELISEU SANTOS, que
42 inicialmente cumprimenta a todos os presentes. Sobre o Convênio do PSF, em relação à
43 Assistência, diz que a Prefeitura tem todo o interesse em manter a qualidade do
44 atendimento das Equipes de Saúde da Família. Temos as demandas antigas, que estão
45 na nossa pauta. Reforma e ampliação da UBS Rubem Berta. Construção do Núcleo
46 Esperança, 1 e 2, na Restinga. Prédio da Equipe de Saúde da Família do Chapéu do Sol.
47 Com estas várias reivindicações, queremos informar que a nossa visão é de valorizar as
48 Equipes de Saúde da Família. Em todo o Brasil, nos municípios que aplicam este
49 Programa, têm-se demonstrado a sua eficácia. Deixamos claro então que a Prefeitura de
50 Porto Alegre valoriza e quer dar uma prioridade às Equipes de Saúde da Família. Nós

51 temos metas de aumentar a quantidade de equipes. Quando chegamos recebemos mais
52 ou menos cinqüenta e poucas equipes e hoje temos 84. Qual o impasse que esta
53 havendo? Este impasse não é de hoje. Nós fomos alertados, quando assumimos o
54 governo, pelo Departamento Jurídico da Secretaria da Saúde e pelo Departamento
55 Financeiro e esta dúvida foi encaminhada à Procuradoria Geral do Município e ficou
56 pendente. No ano de 2000 foi assinado um convênio com a FAURGS, que não temos
57 nada contra esta Entidade e até 2004, este Convênio foi, no governo passado,
58 apresentado com uma pequena pendência. Não havia no Convênio uma Taxa de
59 Administração a ser paga. Isto nós informamos. O Jurídico está aqui, a Procuradoria,
60 também. E não houve um acerto na continuidade deste pagamento, que era feito por nota
61 fiscal, por fora do Contrato. De 2005, até hoje, não foi pago nada. Desde que assumiu o
62 Secretário PEDRO GUS, ele se preocupou, levou-nos o assunto e me disse, olha o
63 financeiro não quer assinar o cheque, porque é uma responsabilidade muito grande. Tem
64 a pendência. Disse para ele: Se o Senhor tem dúvida, encaminhe para o Ministério Público
65 Estadual, e é o que nós vamos fazer. O Senhor encaminhe para o Ministério Público
66 Federal, pois envolve verba dos SUS. Mas em Setembro de 2006, ele teve uma reunião
67 com a FAURGS e foi assinado um contrato, com uma taxa de 10% ou 11% e ele nos
68 informou, que preocupado com a premência, com a perda do atendimento, assinou este
69 contrato, com esta taxa, que nunca esteve presente em nenhum contrato desde 2000 até
70 esta data. Vamos contestar isso porque que de 2000 a 2005 não tinha no contrato
71 nenhuma taxa, embasada com nota fiscal. E nós não podemos seguir desta mesma
72 maneira. O que aconteceu? A FAURGS nos procurou, pois isso é uma pendência antiga,
73 com várias discussões e ameaças. Vamos romper o Convênio, vamos demitir. Nós não
74 temos interesse, por uma questão lógica. Vamos demitir todo mundo e deixar isso aí
75 fechado. Foge da razão e do interesse nosso em manter e ampliar as Equipes de Saúde
76 da Família. Todavia, a FAURGS nos procurou e disse, que a Prefeitura tem uma dívida de
77 R\$2.800.000,00 e que nós deveríamos ter pago. Existe um impasse jurídico. O que nós
78 vamos fazer? Eu gostaria que a Dra. ANGELA ROTUNNO, do Ministério Público
79 Estadual, estivesse aqui pois queria passar, e vou passar ao Conselho, este documento
80 referente a requisição de documentos pelo Tribunal de Contas do Estado do RS, onde
81 solicitam uma série de documentos referentes aos Programas de Saúde da Família. Eles
82 nos pediram isso e vamos abrir todas as portas, colocar todos os contratos à disposição
83 do Tribunal de Contas. Deixo aqui o pedido, com a Senhora ZILDA. E faço um apelo para
84 a Dra. ANGELA, que nos ajude. Que o Ministério Público Estadual entre na Secretaria,
85 converse com o jurídico, com o financeiro. Não estão querendo pagar, pois são caloteiros?
86 Querem acabar com o Programa? Não se pode pagar para depois, daqui alguns anos ter
87 problemas. Já foi um feito um cálculo, por uma equipe especializada, que também
88 analisou o contrato, e esta equipe disse que o que foi pago de 2000 a 2004, fazendo a
89 correção monetária e juros, dá R\$ 2.769.000,00. E segundo a opinião desta equipe, este
90 recurso deverá ser solicitado de volta, para a Prefeitura. Não sou advogado. Sou médico.
91 As informações são de que estes pagamentos foram feitos fora das normativas. Isto é uma
92 ilegalidade. Agora quem vai dizer isso é a Justiça. É o Tribunal de Contas. Como é um
93 Programa Federal, vamos encaminhar estes documentos, e vamos deixar as portas da
94 Secretaria, abertas para o Ministério Público Federal. Estamos com toda a transparência.
95 O Conselho Municipal da Saúde participou de uma reunião com representante do
96 Ministério da Saúde, Senhor ADEMAR. Ele é o responsável pela implantação do
97 Programa de Ouvidoria, do Ministério. Vamos instalar uma ouvidoria, para que todo o
98 cidadão, que não tem muitas vezes acesso, possa procurar esta ouvidoria e colocar ali
99 seus anseios, suas dúvidas, suas críticas, suas sugestões, suas denúncias. Mal
100 começamos a falar neste assunto, o SUS nacional, através deste cidadão, que veio de

101 Brasília, nos apresentou umas denúncias, e uma delas é muito séria, vou pedir que seja
102 analisado. É uma cobrança de uma consulta dentro de um próprio do município. Isto é
103 estarrecedor. Nós queremos transparência. Perguntei a eles se posso dar a senha de
104 acesso desta ouvidoria, para o Ministério Público Estadual. Ele me confirmou que sim.
105 Vão dar também ao Ministério Público Federal. Então, estamos com esta pendência
106 judicial. Isso ocasionou uma reunião, onde dois cidadãos, da FAURGS, com muita
107 educação, e não tenho nada pessoal, me disseram que eu tinha de pagar a dívida que
108 está aí. Mas eu disse: porque o Secretário antigo não pagou? É uma pessoa da UFRGS.
109 Aposentado. Seu amigo. Seu conhecido. Porque ele não pagou? Quem tem de resolver
110 isto aí é o jurídico. Este dinheiro não é meu. Este dinheiro é de vocês. Esta conversa está
111 sendo gravada e estou fazendo um apelo aos Ministérios Público Federal e Estadual, que
112 investiguem isso. Que entre lá e pergunte porque vocês não pagaram? Isto tem de ser
113 trazido com toda a transparência. Ai nós recebemos o comunicado que o Convênio seria
114 rompido, se nós não pagássemos. Foi dado um aviso prévio. O que estou dizendo?
115 Temos todo o interesse do mundo de que todas as pessoas, as equipes, que trabalham
116 conosco, não percam nenhum direito. A CLT é um patrimônio. Todos os direitos das
117 pessoas serão mantidos. O que está acontecendo então? Nós vamos, e estamos em
118 negociações, e quem vai depois explicar todos detalhes, papelada, negativa, registros no
119 Ministério da Justiça, é a Dra. CLÁUDIA. Mas nós estamos em negociação com uma
120 Entidade, que vai passar todas as suas informações pelo Departamento Jurídico, pela
121 Procuradoria Geral do Município. Queremos que o Ministério Público Estadual, Federal e o
122 Conselho Municipal de Saúde, acompanhem este processo. Não temos nada a esconder.
123 Agora, o que a Prefeitura se propõe? Que as pessoas sejam recontratadas com todos os
124 seus direitos, no regime celetista. Mas vem cá, porque não fazem concurso? Nós já
125 encaminhamos para a Secretaria de Administração pedido de realização de concurso,
126 para os Agentes Comunitários, que é Lei. Isso não se consegue de um dia para o outro.
127 Tudo tem de ser feito dentro do prazo e da legalidade. Qual é a nossa proposta? Que
128 todos sejam recontratados. Que não percam nenhum direito e que nós possamos ampliar
129 o Programa de Saúde da Família. Que é um Programa Federal e que todos os Senhores
130 sabem, da relação que existe em várias capitais brasileiras, referentes ao vínculo. E este
131 contrato que foi assinado tem dificuldades. E não estou dizendo que tenha uma
132 ilegalidade. O Ministério Público, o Tribunal de Contas, este grupo que conhece bem isso,
133 irão examinar o Contrato. Queremos, com a sociedade, uma relação de transparência.
134 Então, minha gente, o nosso Departamento Jurídico está estudando. A Procuradoria
135 Geral do Município está estudando. Como falamos, queremos a participação de todas as
136 autoridades, para dentro de uma transparência, iniciarmos o trabalho, com o novo modelo,
137 com uma entidade, dentro da Lei, que será fiscalizada, pois qualquer centavo público tem
138 de ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas. Qualquer contrato, não pode ser na gaveta, e
139 fazer por fora. A coisa tem de ser clara. E não tem parceiros melhores, que os dois
140 Ministérios Públicos. A Dra. CLÁUDIA vai trazer todas as informações. E quem me
141 conhece, pois sou médico há 30 anos do Grupo Hospitalar Conceição. Fui Vereador.
142 Deputado. Não sou homem de me esconder. Não tenho medo de ameaça. Vou me retirar
143 daqui alguns minutos pois tenho um compromisso. O que falta, será informado agora. Não
144 temos nada a esconder. Só não sairei daqui se for agredido tenho um compromisso e a
145 informação que tinha que dar é esta. Passo para a Dra. CLÁUDIA. Antes de esta
146 manifestar-se o Conselheiro OSCAR PANIZ alerta que estamos no nono andar do prédio.
147 Solicitamos este local, que é para 200 pessoas. Existem mais de 400, entre aqui dentro e
148 lá fora. O prédio está com seus alunos em sala de aula. Portanto, independente de o
149 Secretário ficar ou não, temos que ter um mínimo de padrão de comportamento entre nós,
150 para podermos nos entender. Solicitamos muita calma. Vamos colaborar. Informa a

151 Conselheira ZILDA MARTINS, que o Secretário deverá ficar até as 20:00 horas. Agora
152 são 19:00horas. Portanto ele poderá responder muitos questionamentos. Fala então a
153 Advogada CLÁUDIA BRITO, que diz que repassará mais informações para que este
154 Conselho tenha clareza do que está acontecendo. Em relação à questão jurídica, tenho a
155 informar que a ruptura do Convênio da FAURGS com o Município de Porto Alegre, foi
156 promovida pela FAURGS. Não foi a Prefeitura que disse que não queria mais o Convênio.
157 Foi marcada uma reunião com o Secretário e nesta reunião a FAURGS informou-o de que
158 não tinha mais interesse em manter o Convênio. Denunciou juridicamente o Convênio,
159 através da entrega dos avisos prévios, na medida em que muitos de vocês receberam em
160 seus locais de trabalho. A partir daí o Secretário e sua Equipe foram atrás de saídas, para
161 que não houvesse solução de continuidade no Programa Saúde da Família. Dentro das
162 opções que a Secretaria encontrou, a mais plausível, juridicamente hoje, claro que fora o
163 que todos falam, que é o Concurso Público, mas não podemos promovê-lo de hoje para a
164 semana que vem. Nem para daqui a 4 meses. Todos sabem o que significa um Concurso
165 Público. Mas já existem tratativas para isso, como o Secretário falou. E dentro destas
166 opções, foi escolhida uma OSCIP (Organização Social Civil de Interesse Público). Possui
167 registro no Ministério da Justiça. É regida pela Lei 9790/99. Tem todas as Certidões
168 Negativas, que a Lei exige. Juridicamente, é uma Instituição sem fins lucrativos. Não tem
169 distribuição de renda entre seus sócios. Não será uma simples contratação de pessoal.
170 Existe uma convergência de vontades tanto entre a Secretaria, quanto a organização civil,
171 na medida em que vai ter Capacitação Continuada, dos trabalhadores dos PSFs bem
172 como de toda a Rede. Vai haver, continuamente, e de forma sistemática, capacitação na
173 área de Programa de Saúde da Família. Através de uma análise preliminar que fizemos na
174 documentação, esta documentação atende a todos os requisitos formais que a Lei exige,
175 para a assinatura de um Convênio com um ente público. E, esta instituição, como é uma
176 OSCIP, só poderia ter o vínculo com governo, através desta MP(???) A parte dos Agentes
177 Comunitários de Saúde, como tem aquela Lei do ano passado, que proíbe as Prefeituras
178 a contratarem através de outros vínculos, que não sejam por seleção simples, que é o
179 concurso. A contratação dos Agentes Comunitários deverá ser feita pela Prefeitura, e
180 como celetistas também. Inicialmente eram estas as informações jurídicas. Inicia,
181 manifestando-se o Vereador OLIBONI, dizendo que mostra-se preocupado pois a versão
182 dos advogados não começou hoje e sim há dois anos atrás. Que queira ou não,
183 Secretário, a proposta de saúde de nosso governo, era bem diferente da apresentada
184 hoje. Com relação às demissões, vossa excelência falou em concurso. Existe a Emenda
185 Constitucional 51/2006, que altera o artigo 198, da Constituição, que diz o seguinte:
186 “Parágrafo Único: Os profissionais, na data da promulgação desta Emenda, que a
187 qualquer título, desempenham atividades de Agentes Comunitários de Saúde, ou de
188 Agentes de Combate à Endemias, ficam dispensados de submeterem-se a processo
189 seletivo público. Isto se refere ao Caput 4 do artigo 198 da Constituição Federal. e que
190 tenham sido contratados a partir de processo seletivo público. Nós, enquanto Câmara de
191 Vereadores, estamos muito preocupados porque os telefones não paravam e diziam que
192 estavam recebendo os avisos prévios e que estariam demitidos. O Secretário, diz no
193 Jornal, que ninguém seria demitido. Nós não temos ainda o processo que Vossa
194 Excelência vai utilizar para garantir estes empregos, estes serviços. Os trabalhadores não
195 estão preocupados somente com os seus empregos. Mas também com a qualidade dos
196 serviços. Os trabalhadores da Saúde estão passando por situação que jamais passaram.
197 As más condições dos PSFs e das Unidades de Saúde. Há muito tempo que não há
198 investimentos. Não podemos transferir somente para o Governo Federal. Existe a parcela
199 do Governo Estadual, que não está cumprindo, que são mais de 30 milhões de reais.
200 Queremos que Vossa Excelência faça uma boa gestão, pois o PEDRO GUS prometeu

201 uma boa gestão, mas infelizmente foi péssima. Queremos dizer com isso que a Câmara
202 de Vereadores será vigilante. Em nome dos trabalhadores das Equipes de Saúde da
203 Família, que realizaram uma assembléia ontem, manifesta-se o médico ANDRÉ, do PSF
204 São Borja. Diz que a gente ouviu aqui falar de transparência e em nenhum momento
205 ouvimos o nome da Entidade que vai ser a contratante para a gente poder pesquisar.
206 Entrando na questão da Assembléia realizada ontem, no prédio da FUNASA, com mais
207 de 300 trabalhadores do Programa da Saúde de Porto Alegre. Estes trabalhadores
208 deliberaram, em mais de 3 horas de assembléia, que; 1) são contrários a qualquer forma
209 de precarização dos contratos de trabalho, cooperativas, organizações sociais, OSCIP.
210 2)manutenção do vínculo empregatício com a FAURGS e criação de Termo de Ajuste de
211 Conduta para a realização de Concurso Público em, no máximo, 1 ano. 3)Denunciar o
212 Gestor Municipal, no Conselho Municipal de Saúde, por assédio moral, na tentativa de
213 coagir os trabalhadores, para não cumprirem o Aviso Prévio ou cumprirem nos últimos 7
214 dias do mês. 4)Os Sindicatos de todas as categorias profissionais tentarão junto a
215 FAURGS, revogar a assinatura, feita sob pressão, do aviso prévio de 7 dias, dos
216 funcionários que já o assinaram. 5)Cumprimento do Aviso Prévio por todos os
217 trabalhadores, com diminuição de carga horária de 2 horas diárias, com fechamento das
218 Unidades de Saúde com PFS, as 15:00 horas. 6) Estabelecer momentos de
219 esclarecimentos e mobilização, juntos às comunidades e ao Controle Social, a partir de
220 hoje, no que já foi iniciado. 7) Próxima Assembléia Geral dos trabalhadores será em 8 de
221 agosto, em local a ser definido. Isto é o que foi decidido pelos trabalhadores, ontem. Fala,
222 na seqüência, a Enfermeira CLÁUDIA FELDMANN, que representa o Sindicato das
223 Enfermeiras do RS neste Conselho Municipal de Saúde, sendo suplente e membro da
224 Comissão do PSF, também. Primeiro um esclarecimento, em que o Senhor Secretário
225 falou que irá abrir uma Ouvidoria. Que eu saiba, já há esta ouvidoria, dos servidores. Há
226 também o 156 e o próprio Conselho Municipal de Saúde. Então, não vejo como mais uma
227 coisa nova, criar mais um elemento de Ouvidoria. Como integrante do Sindicato dos
228 Enfermeiros e pertencente a este povo, e que trabalho há muitos anos em PSF. Nesta
229 estratégia do governo federal, eu tenho por obrigação, como representante de vocês, estar
230 assinando embaixo, junto a todos os Sindicatos, esta posição que foi tirada ontem na
231 assembléia. Então, nós do Sindicato dos Enfermeiros, estamos na luta, juntos, pois
232 somente juntos conseguiremos resolver isso. Fala a Agente Comunitária HELOISA
233 HELENA, do Grupo Hospitalar Conceição. Contratada pela FAURGS. O que vou falar diz
234 respeito a nós do Conceição e diretamente aos meus colegas do PSF. Pergunto ao
235 Secretário. Quando devemos passar para a Prefeitura? Nós do GHC, estamos há 3 anos
236 trabalhando com Agentes Comunitários e o Convênio com o município não foi assinado.
237 Então? Será mais uma promessa? Outra coisa. Esta prova seletiva que fizeram, vai
238 continuar valendo? Secretário, de promessas, estamos cheios. Quem dá a cara na
239 comunidade, quem está lá amassando barro, cara a cara com o usuário, somos nós,
240 Agentes Comunitários. Ontem na assembléia ninguém falou nada de nosso trabalho. O
241 Sindicato dos Enfermeiros falou, o Sindicato Médico também falou. O nosso Sindicato não
242 falou, dos Agentes Comunitários. Neste momento é contestada por diversas pessoas,
243 dizendo que o Sindicato falou sim. Volta a Senhora HELOÍSA, dizendo que o Sindicato
244 falou sim, a favor da OSCIP, que parece todo mundo ser contra. Então, até quando vamos
245 viver de promessas? Fala o Senhor JOÃO MENESES, Presidente do SINDISAÚDE. Diz
246 que o Secretário, em sua fala, que a prioridade são as Equipes de Saúde da Família. Qual
247 foi a forma que vocês receberam esta situação toda? De um dia para o outro, no local de
248 trabalho, recebendo a carta de rescisão. É isso que ele chama de prioridade? . É esta a
249 prioridade que ele dá às Equipes de Saúde da Família? A Doutora CLÁUDIA diz que a
250 FAURGS não tinha mais interesse em renovar o convênio. É verdade. Mas ela esquece

251 de dizer que as razões são pela falta de recursos que a Prefeitura não estava repassando,
252 de acordo com o Convênio. Está tudo na documentação que a FAURGS passou para
253 nós, e já havia passado para o Conselho Municipal de Saúde, relatando todos os
254 pagamentos os quais não vinha recebendo e a forma, muitas vezes antecipada que ela
255 pagava, pois a Prefeitura não repassava no momento correto, em muitas vezes. Então,
256 quando se fala em transparência, é a FAURGS que está sendo transparente neste
257 momento. O Secretário disse que hoje viria com o nome da Empresa que iria contratar e
258 até agora não falou. O Compromisso que o Sindicato assumiu, junto com os Enfermeiros,
259 junto com os médicos e com a FAURGS, e nós estivemos hoje pela manhã lá na
260 FAURGS. E sabe o que nos disseram? Basta a Secretaria da Saúde nos pagar a dívida
261 que tem conosco. Basta o Ministério Público fazer uma TAC (Termo de Ajustamento de
262 Conduta) junto com a prefeitura, para que a gente continue trabalhando normalmente nos
263 PSFs. Temos interesse em trabalhar, bastando que nos pague o que é devido. Se for
264 justo, se é legal ou não, discutam na justiça. E ainda diz o seguinte. Se esta dívida for
265 paga até dezembro, não tem problema nenhum, aceitamos. Queremos continuar com os
266 PSFs. Foi o que nos disse o Professor NILTON PAIM, que nos recebeu. Então é falha do
267 Senhor Secretário. É incompetência da Secretaria da Saúde, porque há dois anos, ou
268 mais, existe este problema. Quando assumiram já tinha este problema e se a prioridade
269 era PSF, já deviam ter resolvido. Vocês têm de permanecer com este empregador, neste
270 momento e tenho certeza de que o Ministério Público vai aceitar, desde que a Prefeitura
271 se comprometa a pagar a dívida que deve. E outra informação também. A FAURGS diz o
272 seguinte: todos estes trabalhadores, coagidos a assinar os 7 dias, podem levar este
273 documento lá na FAURGS, que eles trocam e fazem pelas duas horas diárias, que vocês
274 querem. A FAURGS se solidariza com vocês e permitem que vocês possam ir lá fazer a
275 transferência para o documento que troca por horas, pois vocês foram coagidos, conforme
276 os depoimentos prestados lá. Esta era a informação que tinha a passar para vocês. Era
277 esta a incumbência do Sindicato. Todos estes que foram coagidos dentro dos 7 dias
278 podem ir lá na FAURGS e trocarem pelas duas horas diárias e não haverá problema
279 nenhum. Manifesta-se o Senhor GILMAR, da Direção do SINDISAUDE. Diz que sobre a
280 questão da transparência que o Secretário, coloca para nós. Que transparência é esta?
281 Ele esteve lá no Conselho, inclusive para a Promotora ANGELA ROTUNNO, que estava
282 lá. Foi explicar para ela e aos Conselheiros, dizendo que ia dar o nome da OSCIP. Até
283 agora, se acovardou e não deu. Vai ter de dar o nome da Organização. E não ria
284 (dirigindo-se ao Secretário), pois o Senhor é muito debochado. Muito debochado. Tiveram
285 pessoas aqui que criticaram o Secretário que saiu. A pior coisa, que houve, no
286 entendimento do SINDISAUDE, foi trocar o Dr. PEDRO GUS por isso aqui. Por este
287 cidadão aqui. Foi a pior coisa, pois isso aí foi orquestrado para ele fazer o que ele vem
288 fazer. Coagir os trabalhadores sim. O Doutor está lá em cima, e foi coagido na Secretaria.
289 Os depósitos da Prefeitura para a FAURGS estão atrasados. A Prefeitura atrasa os
290 depósitos, constantemente. Estava falando com o BUJACK e ele me disse que somente
291 há pouco tempo é que começaram a pagar em dia. Quem pagava vocês era a FAURGS.
292 A Prefeitura atrasava o salário. Todo mundo sabe. Agora, ele vem aqui e quer definir com
293 quem vai negociar. Aí ele escolhe com quem ele quer negociar. Este Secretário que aí
294 está vai ter que nos escutar, pois nós fomos no Ministério Público e encaminhamos uma
295 denúncia contra ele. Nós vamos cobrar do Senhor de que cumpra esta função de
296 Executivo. De gestor Público. Na sequência, a Coordenadora ZILDA DE MORAES
297 MARTINS encaminha a palavra ao Senhor Secretário. Diz o Dr. ELISEU, dirigindo-se ao
298 Vereador OLIBONI, que Vossa Excelência leu esta emenda em que o Ministério Público,
299 que estamos pedindo que nos assessorar, se nos disser que está tudo certo, não há
300 problema nenhum. Lei é para ser cumprida e respeitada. Não queremos burlar a Lei. Em

301 relação à Empresa, foi dado a oportunidade para falar agora, em relação a pergunta dos
302 Senhores. E estou respondendo à pergunta. O nome da Entidade, que é séria e está à
303 disposição, como já disse, é o Instituto Sollos, com experiência em São Paulo e outras
304 cidades. A Ouvidoria, que estamos instalando, é um Programa do Ministério da Saúde. É
305 uma ouvidoria do SUS, não a geral do 156. É um Programa do Governo LULA, que é para
306 o Brasil inteiro, através do Ministério da Saúde. Não vejo crime nisso. A não ser que seja
307 proibida uma Ouvidoria, como esta. Sobre o aviso prévio, fiquei surpreso. A Legislação diz
308 que cada pessoa, no aviso prévio, tem direito às duas horas. Vamos rasgar a Lei? Não
309 tem como fazer pressão ou coagir. E diz o Secretário, que quem foi surpreendido foi a
310 administração, pois a FAURGS nos levou a informação de que deveríamos pagar ou
311 romperiam o Contrato. Agora, este pagar, tem de haver uma decisão muito séria onde o
312 Ministério Público, Tribunal de Contas, têm de ter a participação. Fala a Advogada
313 CLÁUDIA BRITO, sobre as questões Jurídicas. Para o Vereador OLIBONI, diz a
314 CLÁUDIA, que quando Vossa Excelência fala da Emenda Constitucional 51, ela realmente
315 prevê que os Agentes Comunitários que participaram de processos seletivos, com
316 comprovação da Supervisão do ente público, estes poderão migrar, sem fazer o processo
317 seletivo. O que eu sei é de que a maioria dos Processos Seletivos que vocês, FAURGS,
318 participaram, há comprovação da participação da Supervisão da Prefeitura. Se isto
319 realmente existir, todos que realmente tiverem esta comprovação, terão a migração
320 garantida. O que estou querendo dizer é sobre a garantia jurídica que vocês têm. Se tiver
321 a comprovação, vocês têm o direito. Em relação ao que o Doutor ANDRÉ colocou sobre a
322 precarização do vínculo, sob o ponto de vista jurídico, se o vínculo é celetista e se
323 mantiver celetista, não existe precarização. A precarização é jurídica. Ela somente existe
324 em dois aspectos. Se houver perda de direitos, que no caso não terá. Ou se o Contrato
325 for assinado a título precário, sem determinação de prazo. Ele vai ter um prazo de 12
326 meses, podendo ser rescindido, qualquer uma das partes, com um aviso prévio de 60
327 dias. Juridicamente esta precarização não existe. Em relação ao que o JOÃO MENESES
328 colocou, e eu esqueci-me de falar sobre a questão de que a FAURGS quer manter o
329 Convênio. Juridicamente a FAURGS nos colocou, ou vocês pagam os R\$2.800.000,00 e a
330 gente continua com o Convênio. O Jurídico da Secretaria tanto quanto a Procuradoria
331 Geral do Município entende que esta Taxa de Administração, que a FAURGS cobrava,
332 que não existia previsão legal, pois ela não estava escrita em nenhuma parte. Quando tem
333 um Convênio ou Contrato, tem de haver uma cláusula, que o “fulano de tal” receberá tanto
334 para fazer tal serviço. A Prefeitura como é um ente público somente pode pagar quando
335 tem previsão. No caso, no Convênio com a FAURGS não existia esta previsão. Como
336 existe esta divergência a FAURGS nos disse: não queremos mais manter o convênio.
337 Tudo o que falo são questões jurídicas. Estou acompanhando desde 2005 isto. O Tribunal
338 de Contas está cobrando isso. Por isso que desde 2005 a gente não fez pagamentos,
339 pois não havia previsão. Manifesta-se Conselheiro HUMBERTO SCORZA, dizendo que
340 estamos vivendo no Conselho, mais um momento forte e de tensão. Eu não venho aqui
341 somente, como o Secretário, falar sobre uma coisa pontual. Eu tenho de falar da trajetória
342 deste Conselho. De lutas. Principalmente nestes últimos 3 anos. Quando ouço que há a
343 transparência por parte da Secretaria nas relações com o Conselho, quem é conselheiro
344 sabe quantas vezes nós somos surpreendidos e que esta transparência nunca existiu. O
345 Senhor representa uma Gestão. O Senhor representa o Governo. O Senhor é Vice
346 Prefeito de uma Gestão, do qual tinham indicações suas que ocupavam cargos lá na
347 Secretaria da Saúde. O Senhor não está pegando nada de novo, agora. Já sabe como
348 é. Falar bem. Agradar. Buscar um termo que pode ser, enrolar. Qualquer um pode fazer.
349 No entanto, se o problema é falta de pagamento, não sei como querem fazer isso, já que
350 querem tanto o PSF. Queremos dizer para vocês que não pagar não é somente para a

351 FAURGS. Nós quase estivemos na eminência de não fazer a Conferência, pois o Hotel
352 escolhido não aceitava, porque havia dívida da Prefeitura em relação a ele. O pessoal
353 nunca sabe, quando não interessa saber. Aí teve de contratar uma outra empresa para
354 que nós pudéssemos fazer a Conferência, que, aliás, o Gestor apareceu, o Senhor
355 Secretário de saudosa memória, Dr. PEDRO GUS, que pelo menos tinha uma postura
356 bem diferente em relação a algumas coisas. Mas depois não se teve mais ninguém. Tanto
357 que quando se tirou delegados não havia número suficiente para preencher as vagas de
358 Gestor. Esse é o respeito que se tem sobre o Controle Social. O problema, este problema
359 que a FAURGS aceita, e eu não entendo Doutora Cláudia, e eu não costumo dizer que
360 sou médico há 30, 40 anos. Sou médico há 42 anos. Graças a Deus. E olho para trás e
361 olho para frente e não tenho rabo preso em lugar nenhum. E não estou dizendo que
362 alguém tenha. Mas o velho argumento de que eu sou isto, eu sou aquilo, diante de
363 algumas pessoas é que, muitas vezes, dizer eu sou o bom, eu sou aquele que, e aliás, li
364 um artigo seu, no Correio do Povo, pensei que era o Messias que estava vindo para
365 Porto Alegre. Tudo vai acontecer de bom agora, porque temos um novo Secretário, como
366 se tivesse mudado a Gestão do município. A questão é mesmo. Mudou-se o que? Alguns
367 personagens. A questão continua sendo. Inepta, como tem sido até agora. Se a FAURGS
368 aceita, como foi colocado aqui por companheiros, eu não entendo de nada disso. Somente
369 sei dizer o seguinte: deposite em juízo a dívida e continue a discutir. Pague a dívida, pois
370 algumas empresas contratadas, algumas cooperativas, ficaram com 5 ou 6 meses de
371 atraso, com esta Prefeitura de agora. Nós vimos o que redundou isso. Agora estão
372 mostrando serviço. Está abrindo buraco em tudo o que é estrada e cobrindo com asfalto.
373 Saúde é sério. Saúde não é da boca para fora. Nós acompanhamos isso e o Controle
374 Social, durante muito tempo, Dr. ELISEU. Eu não quero voto de ninguém e nunca quis.
375 Acredito na proposta do Controle Social, agora, por favor, não pense em tanto a tanto, e
376 tenho pena daqueles que assessoram esta Secretaria, porque ficam, às vezes, de saia
377 curta. E oscilam. Uma hora estão saindo, outras horas estão voltando. E continua esta
378 mixórdia. Isto é desrespeito com a população. E meu encaminhamento é este. Depositem
379 a dívida em juízo e a FAURGS assume. Fala a Conselheira ALAIR, dizendo que esta
380 OSCIP que querem trazer para nós, lá em São Paulo não deu certo. Eles tem a mania
381 assim: O que não dá certo nos Estados Unidos, vem para o Brasil. Se não dá certo em
382 São Paulo, vem para Porto Alegre. Não podemos aceitar isto aí, pois é de um partido
383 político, para dar emprego aos amigos do rei. Tem de continuar o Convênio com a
384 FAURGS. Sai o pelo, mas o cachorro continua o mesmo. Fala então o Dr. ELISEU
385 SANTOS, dizendo que o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, tem à disposição de
386 todos como recebemos a Prefeitura de Porto Alegre. Não tem porque dar discurso e não
387 mostrar. O Tribunal de Contas é aberto. Está lá à disposição de como foi pego a Prefeitura
388 de Porto Alegre. Nós não tínhamos crédito nem para comprar medicamentos.
389 R\$186.000.000,00 estão no Balanço que não foi assinado pelo nosso governo, mas pelo
390 governo que saiu e deixou lá o balanço. Está lá e não dá para mudar. Respondendo
391 sobre a criação de empregos. Esta entidade vem para empregar as pessoas que estão
392 trabalhando. Não vai empregar outras pessoas. Agora, o maior problema que existe é
393 esta dívida, que segundo a Procuradoria, segundo o financeiro, está lá o moço, que já me
394 disse que não assina o cheque, pois ele é funcionário de carreira e informou da
395 ilegalidade. Isto é uma coisa séria. Não é uma brincadeira. Quem vai fazer o diagnóstico
396 será o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Fala, seguindo o conselheiro PAULO
397 GOULART, da região Noroeste. Em saúde não dá para se brincar, tem de ser rápido.
398 Pergunto. Qual é a data que o Senhor irá dar resposta a este convênio dos PSFs. Vou lhe
399 perguntar, se vai demorar o mesmo tempo que está demorando o Convênio com o GHC,
400 que foi aprovado neste Conselho há 3 anos atrás e até hoje não foi cumprido. Da mesma

401 forma sobre o Convênio com a ULBRA no IAPI. O Senhor olhe as atas 9 e 11 deste
402 Conselho e veja o que a Dra. CLÁUDIA BRITO, disse aqui para nós, que não fechava
403 com os fatos. E foi feito novo convênio com a ULBRA, que desde março está pronto e até
404 hoje não foi assinado. Como que a ULBRA está trabalhando lá no Postão? Não temos
405 resposta. Vocês tem obrigação de dar resposta. Nós não estamos aqui em nome pessoal.
406 Estamos aqui em nome da Comunidade. Manifesta-se a Dra. CLÁUDIA BRITO,
407 informando ao Conselheiro PAULO, sobre a questão jurídica do GHC. Eu não lembro da
408 Ata, mas o que posso dizer é que a última informação, pois quando venho aqui dou
409 informação jurídica, não discuto o que acho melhor, se é uma ação ou outra. Vim aqui
410 para informar o que está acontecendo juridicamente. O que vim informar sobre o GHC, na
411 última reunião, onde participei, que o Convênio estava no Gabinete de Programação
412 Orçamentária, para a realização de estudo de impacto financeiro, e lá permanece. O
413 Secretário acaba de me informar que tem uma divergência de recursos com o Conceição.
414 Eu não entendo esta parte financeira. Interrompe e fala o Secretário ELISEU SANTOS,
415 dizendo que estamos dialogando com o GHC. Hoje pela tarde conversei com a Presidente
416 JUSSARA CONY, sobre este Convênio que me foi perguntado. Conversamos com a nova
417 Superintendente para acelerarmos o mais rápido possível, para sanarmos estas
418 divergências. Nós também já propusemos hoje, disse para a Doutora CLÁUDIA entrar em
419 contato com o Conselho para que seja formada a Comissão de Funcionários para
420 acompanhar e participar das negociações com o Ministério Público. Queremos que isto
421 seja bem claro. Fala a Coordenadora ZILDA, alertando que o Secretário havia solicitado
422 para sair às 20:00 hs. Queremos que as perguntas sejam respondidas. Fala o
423 Conselheiro ALBERTO TERRES, avisando primeiramente que lá embaixo temos vários
424 colegas que estão querendo entrar e estão sendo barrados, devido à super lotação.
425 Parece que foi chamada a Brigada Militar. Falo isto no sentido de que a casa está
426 tentando organizar a circulação. Quero solicitar que a mesa priorize os conselheiros, pois
427 os mesmos tem a obrigação de opinar sobre esta questão. Solicito também ao Secretário
428 que possa ficar mais um pouco para que os Conselheiros possam se manifestar. E como
429 representante do Sindicato dos Municípios, estamos aliados nesta luta dos
430 trabalhadores, o que não poderia ser diferente. Entendemos que a sociedade é dividida
431 em duas classes. Aquela dos trabalhadores, que produzem. E aqueles que exploram. Pois
432 quando a corda arrebenta, sempre é do lado dos trabalhadores. E esta unidade é que
433 temos que ter, enquanto trabalhadores. E aí quero dialogar com o Secretário, de que este
434 problema não é de hoje. É antigo. Infelizmente a Prefeitura não resolveu e não quis
435 resolver. Não podemos jogar para a Administração anterior, para uma administração de
436 10 anos atrás. A administração FOGAÇA foi eleita para resolver os problemas da cidade.
437 Se foi eleita para isso, não pode jogar a culpa para outras administrações. O Senhor não
438 foi indicado, foi eleito. Portanto tem obrigação de resolver este problema de centenas de
439 trabalhadores, que estão aqui. E já tem uma proposta, que foi tirada do conjunto dos
440 trabalhadores, que é este Plano de Ajustamento de Conduta, onde participe não somente
441 o Conselho Municipal de Saúde, mas a Câmara de Vereadores, o Ministério Público e
442 outras instituições, para garantir a permanência destes trabalhadores, e como Conselheiro
443 pelo Sindicato não aceitamos contratação de nenhuma ONG ou OSCIP. Se for necessário,
444 que se coloque em votação a posição dos Conselheiros em relação a esta contratação.
445 Para isto, tem de ser aprovado no Conselho. E corroboro o que o HUMBETO falou, que
446 devemos depositar em juízo e manter a contratação pela FAURGS. Retoma a Conselheira
447 ZILDA MARTINS, que é interrompida pela Agente Comunitária JANETE, que pergunta, se
448 da mesma forma que a Prefeitura se acha no direito de não pagar, a FAURGS também
449 não terá o direito de não pagar a rescisão de nossos contratos? Vocês estão pensando
450 nisso? Fala então a Conselheira HELOÍSA ALENCAR relatando que ontem o Conselho

451 esteve junto a FAUGRS, e eu estava junto. Vocês precisam ouvir a versão da FAURGS.
452 Ouvimos do Professor PAIM e de seus diretores a respeito deste problema. Esta questão
453 primeira, que foi colocada pela Dra. CLÁUDIA, a respeito do questionamento sobre o
454 pagamento da Taxa Administrativa, que está escrita ou não está escrita, enfim, eles
455 explicaram isso. Na verdade o convênio tem um Termo de Convênio, que tem um Plano
456 de Aplicação. Este Plano de Aplicação é um anexo que faz parte do Convênio. Este
457 Plano de Aplicação tem um valor e este valor era o somatório da Folha de Pagamento
458 com a Taxa de Administração. Fui Gestora de Saúde e sei muito bem que nenhuma
459 entidade faz um trabalho como o que a FAURGS faz, semelhante, sem uma Taxa de
460 Administração. É impossível uma entidade trabalhar de graça. Então é óbvio que existia
461 uma taxa de administração. Se estava mal escrita, o Tribunal de Contas, por 5 anos,
462 nunca questionou isto. Foi pago, sistematicamente e o Tribunal nunca questionou. Este
463 Convênio foi aditado 7 vezes. O último aditamento foi feito por esta própria Gestão, com o
464 aval da Procuradoria do Município, e onde consta, lá no Plano de aplicação, a Taxa de
465 Operação. Então é uma Taxa legal de ser cobrada. É claro que é para cobrar, pois
466 segundo relato deles, muitas vezes não foi feito o repasse, como está previsto no
467 Convênio, pela Prefeitura, no tempo hábil e o pagamento dos funcionários nunca foi
468 atrasado. Quem bancava isso? Quem garantia isso? A FAURGS, uma empresa séria, uma
469 fundação séria. Acho importante que a gente reflita, pois qual é o parceiro que está sendo
470 pensado para manter um Programa tão importante como este? Quero falar também aqui
471 a respeito do que foi considerado da precariedade dos vínculos. A Dra. CLÁUDIA falou do
472 ponto de vista jurídico, mas temos de discutir a precariedade do trabalho dos PSFs do
473 ponto de vista técnico, porque na verdade este é um problema que a Secretaria já se tem
474 debruçado, faz muito tempo. No final da Gestão, em 2004, foi apresentado ao Conselho
475 um ante Projeto de Lei, que trazia inclusive a efetivação de um Quadro do Programa de
476 Saúde da Família e um Quadro da Secretaria da Saúde, com concurso, com todo mundo
477 sendo funcionário efetivamente da Prefeitura. Isto é que não é a precarização, do ponto de
478 vista técnico e político da saúde, em Porto Alegre. Não é manter um convênio, porque
479 estamos neste sufoco com a saúde, mas isto tem de ter um prazo, tem de ser transposto
480 para um modelo definitivo em que o PSF é a estratégia que a Prefeitura quer. Isto está lá
481 na Conferência. Então o que a gente resolver aqui, não pense que está resolvido. É
482 resolvido temporariamente. Na verdade temos de pensar no futuro definitivo. O que me
483 chama atenção sobre o Tribunal de contas, que foi falado aqui, é de que o recurso para a
484 Atenção Básica nunca foi deixado de ser repassado para o município. O PAB, do
485 Ministério da Saúde, nunca atrasa. Chega todo mês, bem certinho. O recurso da Saúde da
486 Família, também, vem todo mês. O Recurso do Estado, um dos poucos que não foi
487 deixado de repassar é exatamente o incentivo ao Saúde da Família. Atrasa um pouco,
488 mas vem. Porque não pagou a FAURGS? Qual é a dificuldade de pagar e garantir a
489 Atenção Básica? Acho importante a gente levantar e questionar, pois o nosso Tribunal de
490 Contas precisa sim dar uma olhada nas contas da Prefeitura. Não foi por nada que o
491 último Relatório avaliado pelo Conselho não houve aprovação, por ter recursos mal
492 explicados lá. Mal gastos e mal explicados. Então penso que precisamos levar a sério sim
493 esta questão do Tribunal de Contas, que o Secretário está falando. Manifesta-se a
494 Advogada CLÁUDIA BRITO, para responder ao que a Conselheira HELOISA ALENCAR
495 disse sobre a questão jurídica da taxa, referente a taxa de despesas operacionais. Esta
496 taxa de despesa operacional consta no plano operativo de 01 de setembro de 2006 até 31
497 de agosto de 2007. A divergência, e isto a gente pode dar cópia de todos os Planos
498 Operativos, desde 2000, que temos assinado e que nunca constou. Isso consta entre
499 2006 e 2007. E se houvesse esta taxa prevista em outros Planos Operativos, existiria
500 uma previsão legal. Retoma a palavra a Coordenadora ZILDA MARTINS, dizendo que o

501 Secretário irá permanecer até as 20:30 hs., para tentar dar mais esclarecimentos.
502 Manifesta-se o Senhor ISRAEL, do Distrito Glória-Cruzeiro-Cristal, dizendo que como
503 representante da comunidade também preocupa-se com as questões de administração
504 pública. Se tivermos uma boa Atenção Básica, não precisaremos ter mais Pronto
505 Atendimento. Nos preocupamos com a qualidade de todos os equipamentos de PSF e
506 das Unidades Básicas. Nós comunidades, nós usuários, nós pessoas humildes que vão lá
507 usar, não podemos estar submetidos a uma simples ação política do Senhor Secretário. O
508 Senhor sabe que se criar um fato político, amanhã deverá estar resolvido, pois com todos
509 os problemas que temos com a saúde, estamos criando um fato político. Dou como
510 exemplo a questão do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul. Senhor Secretário, crie um
511 fato político e resolva esta situação. O Senhor foi eleito Vice Prefeito para resolver as
512 nossas necessidades. Fala na seqüência a Senhora GRAZIELA, Auxiliar de Enfermagem,
513 da Comissão de Trabalhadores do PSF. Inicialmente gostaríamos de dizer que um dos
514 pilares de funcionamento do Programa de Saúde da Família é o tempo em que os
515 profissionais ficam em suas comunidades. Isto permite que eles conheçam as causas do
516 adoecimento da sua população e possam, então, intervir. A precarização dos vínculos do
517 trabalho afasta os bons profissionais, que acabam procurando outras alternativas e
518 levando uma grande rotatividade das equipes, acabando com os princípios do Programa
519 que nada mais é de que a longitudinalidade. O Programa de Saúde da Família tem
520 demonstrado ser um dos serviços exemplares dentro do SUS, onde apresenta os
521 melhores indicadores e é de grande satisfação dos usuários. Para que isso continue,
522 Senhor Secretário, é preciso que funcionários tenham atitude pró-ativa e não prejudicada
523 pela insegurança trabalhista. Não podemos deixar que todo este trabalho construído,
524 entre comunidades e trabalhadores, seja perdido. Temos que levar em conta que a
525 preocupação dos trabalhadores não é somente ser vinculado a qualquer Entidade. Mas
526 sim, vínculos estáveis, que não levem a insegurança contínua. Por último, Senhor
527 Secretário, a Comissão de Trabalhadores entregou por duas vezes um documento,
528 apresentando-se e oferecendo-se como parceira, como foi solicitado pelo Secretário
529 anterior, em Plenária do conselho Municipal de Saúde. Continuamos sim à disposição de
530 participar no Planejamento do PSF. Contamos que este documento, que foi entregue e
531 que esta Comissão, que ofereceu parceria, seja respeitada. Que a parceria não seja
532 unilateral. E, conforme foi decidido na Assembléia de ontem, temos uma fala do Dr.
533 ERNANI que anotou algumas propostas. Fala o Médico SANDRO, do PSF Beco dos
534 Coqueiros e dirigindo-se ao Secretário, que teria falado, no início de sua fala, que não
535 houve nenhuma pressão da Prefeitura aos trabalhadores. Pergunto, de onde vieram a
536 pressão às Gerências, que pressionaram as Supervisoras. A gente esquece, mas as
537 gerências, as supervisoras, também são trabalhadores, também foram pressionados para
538 chegar a pressão na gente. Quem foi que pressionou os Gerentes, que pressionou as
539 Supervisoras, que pressionaram os Coordenadores de Equipes, para pressionar estas?
540 Na terça-feira, num primeiro momento, na reunião, foi dito que não deviam estar
541 cumprindo as duas horas de trabalho, porque, palavras escritas: “ se tu usar as duas
542 horas é porque não foi capcioso. Se não é capcioso, está procurando emprego”. Então, o
543 Secretário solicita que a gente continue trabalhando. Porque? Quem não trabalhar bem,
544 poderá não estar de acordo com o perfil da nova empresa. Gostaria muito que o Senhor
545 respondesse sobre esta pressão. Fala o Secretário, Dr. ELISEU SANTOS, dizendo que a
546 Lei dá o direito às 2 horas. Isso é surpresa para nós. Respondendo à GRAZIELA, diz que
547 está sendo colocado desde o início que queremos a participação de todos, das
548 autoridades, do Conselho, de uma comissão dos trabalhadores. Vão participar disso. Não
549 tem nada de escondido. Retoma a Coordenadora ZILDA MARTINS, dizendo que ainda
550 existem muitos inscritos, mas que propõe alguns encaminhamentos. Tenho 3 propostas

551 aqui: **1)Manter o Convênio com a FAURGS, 2)Fazer um TAC(Termo de Ajustamento**
552 **de Conduta) com o Ministério Público, nesta questão do Convênio. 3)Depositar o**
553 **valor da dívida para com a FAURGS, em juízo, enquanto é discutida a validade ou**
554 **não da Taxa de Administração.** Manifesta-se novamente o Secretário ELISEU SANTOS,
555 dizendo que não existe assédio moral. Já reafirmei várias vezes. Vocês receberam um
556 aviso e nele está escrito que tem duas horas para saírem mais cedo. Fala a Conselheira
557 REJANE SEIBEL, que diz representar o Sindicato dos Enfermeiros, junto com a
558 Enfermeira CLÁUDIA FELDMANN, neste Conselho. Isso que está acontecendo, não é de
559 hoje. Lembro-me de que quando foi aprovado na Conferência Municipal de Saúde, o
560 Programa de Saúde da Família, estávamos lá. Então a gente acompanha esta trajetória e
561 a gente se solidariza com este sentimento que estamos vendo, de apreensão, de
562 insegurança, de nervosismo, de muita paixão, porque estes trabalhadores é que estão
563 construindo, é que estão no dia-a-dia, trazendo a saúde para a população. Tenho
564 participado bastante como Conselheira, quando a gente observa que na mudança das
565 cadeiras, que tem acontecido com bastante frequência nesta Secretaria, cada um que
566 senta aqui, promete uma coisa. E o que se vê na prática não é bem assim. O Senhor
567 Secretário já deve estar ciente das duas reprovações que houveram, de Relatórios de
568 Gestão da Secretaria, onde demonstrava claramente que a Atenção Básica, neste
569 governo, não é prioridade. Isto é muito claro. Então, para nós, é muito difícil votar por uma
570 OSCIP. Como poderemos ter a transparência, a tranquilidade? O último exemplo que nós
571 tivemos de uma OSCIP, foi na questão dos intradérmicos, onde uma OSCIP foi criada há
572 3 meses, para que se pudesse implantar este Projeto. Quando o Conselho iniciou o
573 questionamento, ela retirou-se. Então, as experiências que temos não são muito claras,
574 muito transparentes, muito positivas. São muito importantes estes dados trazidos pela
575 colega HELOISA, em relação a todas estas queixas, seja de governos anteriores, seja
576 deste, que está há dois anos e meio, que não vimos ainda qual foi a mudança que foi
577 prometida, pois até o que seria mantido não está mais mantido. Estão sucateando. Está
578 uma dificuldade para a gente que trabalha lá na Rede. E aí eu gostaria realmente de que a
579 Secretaria colocasse a questão do PROESF, que não se houve mais falar. Vocês
580 lembram, que dizia-se que a Secretaria aderiu ao Programa Nacional. Porto Alegre vai
581 adotar, como estratégia de Atenção Básica o Programa de Saúde da Família. Como está
582 a questão do Concurso, dos Recursos Humanos, para que se integre neste Programa?
583 Isto não se vê. Então nós, como Sindicato dos Enfermeiros, gostaríamos de reforçar que
584 hoje tem de sair sim uma votação dos Conselheiros em relação a esta questão. Nós
585 trazemos que deva se depositar em juízo o valor da dívida para com a FAURGS, a
586 manutenção do Contrato, com renovação com a FAURGS em agosto, a questão do Termo
587 de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, estipulando prazo para a
588 contratação, via Concurso Público e rejeição total a qualquer contratação via OSCIP.
589 Lembrando que quando da instituição do Programa de Saúde da Família, passou por uma
590 Conferência Municipal de Saúde, passou por aprovação do Conselho, quando foi para se
591 fazer contratação via Associações, passou pelo Conselho, quando foi para fazer o
592 Convênio com a FAURGS, passou pelo Conselho. Então, o Controle Social tem todo o
593 direito de continuar votando, pois este é o nosso papel. Retoma então a Coordenadora
594 ZILDA MARTINS, encaminhando para a votação, dizendo que temos 5 propostas, que
595 são: **1)Manutenção do Contrato com a FAURGS, 2)Contratação, via Concurso**
596 **Público, 3)Fazer um Termo de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público,**
597 **para o período de transição entre o novo modelo de contratação, 4) Depositar a**
598 **dívida para com a FAURGS, em juízo e 5)Não à nova contratação via OSCIP.** O
599 resultado é de 27 votos favoráveis à proposta, um voto contrário e nenhuma abstenção.
600 Pede a palavra a Enfermeira MÔNICA, que se manifesta a pedido da Comissão dos

601 Trabalhadores. Pequenos detalhes práticos. Gostaria que ficasse registrado em Ata nesta
602 plenária que é mais uma denúncia relacionada aos fatos que vem ocorrendo na última
603 semana. A pressão que estão sofrendo as Supervisoras dos PSFs para fazer a coação
604 dos trabalhadores. Quero deixar registrado em Ata que se alguma represália for feita, em
605 função das decisões que a própria Comissão tomou em relação ao conjunto dos
606 trabalhadores de PSFs, pois as Supervisoras vem sendo pressionadas pelo Gestor a
607 fazer este tipo de coação. Este é o primeiro registro. Segundo registro. Que fique
608 registrado em Ata que a Comissão dos Trabalhadores, que deve compor a mesa de
609 constituição do Termo de Ajuste de Conduta, se ele houver. Esta Comissão já está
610 constituída, há muito tempo e não como o Secretário diz, que isto precisa ser elaborado. A
611 cópia da relação dos nomes já foi entregue no Gabinete do Secretário. Que fique
612 registrado que a Comissão está instituída. A Dra. LISIA MOTA , em função da saída do
613 Secretário, manifesta-se, apresentando-se como nova Coordenadora da Atenção Básica.
614 Diz não entender o motivo das vaias, pois a maioria das pessoas já me conhece. Em
615 função da pressão da Plenária, a Dara. LIZIA não consegue se manifestar e a Plenária
616 então é encaminhada para seu final, as 20:40 horas, sendo lavrada a presente Ata.
617 Deixa-se registrado e anexado junto a esta Ata, por solicitação da Conselheira GIOVANA
618 MONTEIRO, relação de pessoas que não tiveram acesso ao auditório da plenária, por
619 diversos motivos.

620
621
622
623
624
625

ZILDA DE MORAES MARTINS
Coordenadora do CMS/POA

OSCAR RISSIERI PANIZ
Secretário

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 05/09/2007.